

# Senado aprova reação a Trump na mesma moeda

Texto institui medidas de reciprocidade ao tarifaço

Por Karoline Cavalcante

O Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (1º), o Projeto de Lei (PL) nº 2.088/2023, que institui medidas de reciprocidade no comércio exterior. A proposta, aprovada por unanimidade, abre a possibilidade de o Brasil adotar contramedidas em resposta às tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano). A aprovação do projeto acontece um dia antes do anúncio de Trump de uma nova rodada de tarifas, a ser implementada oficialmente na quarta-feira (2), data que ele chamou de "Dia da Libertação". A medida afetará produtos de diversos países, incluindo o Brasil, que já enfrenta uma tarifa de 25% sobre aço e alumínio nas exportações para os EUA.

O projeto, inicialmente, focava em estabelecer uma reciprocidade ambiental, criando restrições à importação de produtos de países que não atendem a critérios de respeito ao meio ambiente. No entanto, a versão final do projeto ampliou a medida para permitir ao Brasil adotar ações proporcionais contra tarifas e outras medidas comerciais prejudiciais adotadas por outros países, como os Estados Unidos, por exemplo. E obteve um raro consenso entre governistas e opositores no Congresso.

## Plenário

De autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) e com relatoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS),



Andressa Anhoite/Agência Senado

Relatório de Tereza Cristina produziu raro consenso entre governo e oposição

foi aprovado previamente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com caráter terminativo. Isso significa que, de acordo com o regimento, o projeto poderia seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, sem necessidade de uma nova votação no plenário do Senado. No entanto, devido à urgência do tema, os senadores decidiram acelerar ainda mais a tramitação e votar a matéria diretamente no plenário.

O texto atribui ao Conselho Estratégico da Câmara de Comércio Exterior (Camex) a responsabilidade de adotar as contramedidas, caso o Brasil seja alvo de tarifas ou medidas comerciais injustificadas. "O projeto permite que o Brasil possa reagir quando for alvo de tarifas ou de medidas abusivas contra nossos produtos, dando uma resposta propor-

cional. É uma lei que estabelece salvaguardas, prevê muito diálogo, muita diplomacia, antes de se chegar a tomar medidas contra outros países, nossos parceiros comerciais. Mas é uma carta na manga que precisamos ter. E não é algo de governo ou da oposição, é algo em defesa do Estado brasileiro", diz a relatora.

## Urgência

Agora, o projeto segue para análise da Câmara dos Deputados. O presidente da CAE, Renan Calheiros (MDB-AL), já adiantou que pedirá urgência na tramitação ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com a expectativa de que a matéria seja analisada ainda nesta semana. Motta, por sua vez, informou que está em conversas com o colégio de líderes para garantir que o pro-

jeto seja levado ao plenário da Casa nos próximos dias.

Além disso, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PP-PR), sugeriu que o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) seja o relator do projeto na Câmara.

Em Paris, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que seria surpreendente se o Brasil fosse alvo de retaliações dos Estados Unidos, dado o esforço contínuo nas negociações. "Causaria até certa estranheza se o Brasil sofresse algum tipo de retaliação injustificada, uma vez que nós estamos na mesa de negociação desde sempre com aquele país justamente para que a nossa cooperação seja cada vez mais forte", afirmou o representante da pasta econômica.

# Galípolo é cobrado por juros altos em solenidade na Câmara

Por Karoline Cavalcante

Em uma cerimônia marcada para comemorar os 60 anos do Banco Central, o presidente da instituição, Gabriel Galípolo, acabou ouvindo críticas dos deputados sobre a política monetária que mantém altas as taxas de juros. Durante a sessão solene na Câmara dos Deputados, Galípolo foi duramente cobrado em relação à atual taxa básica de juros, a Selic, fixada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em 14,25% ao ano. O mercado financeiro já indicou, inclusive, que novas altas virão.

O deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS), fez um apelo para que o Banco Central reconsidere a taxa, mencionando os impactos da elevação na agricultura familiar. Segundo ele, a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas vai parar pois "não tem como continuar" dessa forma.

"Semana passada, houve a maior feira de agricultura familiar em Rio Pardo e não deu um negócio porque ninguém se atreve a comprar uma máquina, por maior ou menor que seja, pagando 15% de juros", afirmou Schuch, referindo-se a uma cidade do seu estado. O deputado também criticou as alterações no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Ao discursar, o deputado Luiz Carlos Haully (Podemos-PR), um dos autores da reforma tributária, afirmou que os fundamentos da aplicação da



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Galípolo: apesar dos juros, "dinamismo excepcional"

atual Selic estão equivocados, utilizando como base a média dos bancos centrais ao redor do mundo. Para ele, o Brasil não merece pagar 14,25% de juros enquanto os Estados Unidos da América pagam 5,5% e considerou "inaceitável" Galípolo seguir a mesma metodologia do ex-presidente da autarquia Roberto Campos Neto.

"Parem de mentir para o povo brasileiro que a culpa é do déficit público! Não é. O déficit público do ano passado foi mínimo. Os Estados Unidos foi dez vezes maior", declarou Haully. "E vocês também são responsáveis por essa situação caótica do povo brasileiro, empobrecido pelas elevadas taxas de juros que vocês praticam,

sem ficar vermelho como estão agora", prosseguiu.

## Dinamismo

De acordo com o presidente do BC, tanto na literatura internacional, quanto nas reuniões com outros banqueiros centrais, o questionamento sempre apresentado ao Brasil é sobre como o país está em um patamar de juros restritivo, quando comparado a outros países, e, ainda assim, apresenta um "dinamismo excepcional". Ele exemplificou a menor taxa de desemprego e o maior rendimento das famílias da série histórica brasileira.

"Isso sugere que talvez os canais de transmissão da política monetária não funcionem com a

mesma fluidez que costuma funcionar em outros países, aqui no Brasil, e que eventualmente você precise dar doses maiores de remédio para conseguir o mesmo efeito", explicou Galípolo.

Para ele, é importante e legítima que a discussão sobre política monetária vá ganhando cada vez mais espaço no debate público e mencionou que a comunicação é um desafio enfrentado pela autoridade. Galípolo afirmou, ainda, que há uma estrutura perversa de subsídios cruzados no Brasil. "Alguns grupos conseguem exceções para pagar menos, enquanto uma grande maioria é obrigada a pagar mais em compensação. Nós temos uma série de subsídios cruzados, perversos e regressivos na sociedade brasileira. E talvez para nós, do Banco Central, esses ônus e bônus, essas trocas, sejam mais evidentes", prosseguiu.

A sessão solene foi sugerida pelo deputado Marcelo Queiroz (PP-RJ), que presidiu o evento, e contou também com a presença de figuras importantes do cenário econômico, como o ex-presidente do BC Alexandre Tombini; o ex-presidente da Câmara e atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CINF), Rodrigo Maia; o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney; o secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Pinto, e o vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Risco do Banco do Brasil, Felipe Prince.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Hugo Motta tem evitado tratar da anistia

## Câmara indica pouco entusiasmo com anistia

A sessão de ontem na Câmara mostrou que o tema da anistia demonstra está muito circunscrito ao PL. Entre 13h55 e 17h28, 18 parlamentares trataram do assunto; a metade a favor, metade contra.

Dos favoráveis, seis eram do partido de Jair Bolsonaro, dois do União Brasil e um do Podemos. Representantes do PP, Republicanos e MDB, partidos importantes do Cen-

trão, ficaram quietos, não demonstraram interesse em tratar do tema.

A obstrução anunciada pelo líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), também demonstrou não ter sido abraçada por outros partidos. Duas propostas foram votadas normalmente até as 18h30, em ambas a oposição foi derrotada. Como o quórum foi atingido, integrantes do PL também votaram.

## Pressão

A obstrução — recurso regimental para impedir os trabalhos — foi anunciada por Sóstenes como uma forma de pressionar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar um requerimento de urgência para a votação do projeto de anistia.

## Bola pro lado

Durante a sessão, Motta, em resposta a Sóstenes, anunciou que renovaria um mecanismo que facilita a coleta de apoios para requerimentos de urgência o que, em tese, facilita o trabalho de adesão ao pedido de urgência. Mas não deu indicações de que vá pautar o tema.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Chico Alencar relatou conversa com Luiz Fux

## Deputado do Psol fala em "dosimetria justa" para penas

O psolista Chico Alencar (RJ) indicou a possibilidade de diminuição de algumas das penas dos condenados pelo Supremo Tribunal Federal.

Disse, da tribuna, ter encontrado com o ministro Luiz Fux, do STF, no avião e que este reparou no adesivo que portava, contra a anistia para golpistas.

O deputado afirmou ter

destacado ao ministro a necessidade de uma "dosimetria justa" das penas.

Ressaltou ser importante separar a cúpula, os kids pretos, os generais e as autoridades daqueles que participaram "dos atos criminosos do 8 de Janeiro". Frisou que nem todos têm a mesma responsabilidade pelos crimes cometidos.

## Coração de Fux

Semana passada, Fux disse que era preciso usar o coração em alguns casos, anunciou que deverá votar por pena menor para Débora Rodrigues dos Santos, que está sendo julgada por participação na intentona golpista e por vandalizar a estátua que representa a Justiça.

## Até Xandão

A fala de Fux, a movimentação no plenário e o discurso de Alencar reforçam a possibilidade de uma saída que diminua penas para esvaziar a proposta de anistia. Ao mandar Débora para prisão domiciliar, Alexandre de Moraes também indicou que está menos durão.

## Irrestrita

Líder do PL, o senador Carlos Portinho (RJ) continua colocando lenha na fogueira da anistia. Pega emprestado o mote usado pela oposição à ditadura em 1979 para dizer que a medida deveria ser "ampla, geral e irrestrita" e extinguir qualquer chance de punição.

## Sem ironia

O fim de uma eventual medida futura relacionada ao caso seria importante, diz, até para evitar que ministros do STF venham a ser responsabilizados pelo que classifica de ilegalidades nos processos do 8 de Janeiro. Ele afirma que isso não se trata de ironia.